



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF



Vol.1 – N° 1
Janeiro-Março/2023
ISSN: 2965-2235

Dossiê “Cem dias do governo Lula 3”

O que resta do Bolsonarismo

Sergio Schargel*

“aquilo que é reacionário para a esquerda torna-se revolucionário para a parte oposta” (BOBBIO, 2011, p. 21).

Não é despropositada a referência ao livro de Giorgio Agamben, *O que resta de Auschwitz*, no título deste ensaio. Indo na chave do estabelecido por Michel Gherman (2022), mas também desenvolvido em profundidade em outros trabalhos (SCHARGEL, 2022; 2023), este texto não terá qualquer pudor em se referir ao Bolsonarismo como um movimento de matriz nazifascista. As razões para tal são extensas, e não é nosso foco aqui, já disposto e analisado em profundidade anteriormente.

Decorridos cem dias do governo Lula, podemos confirmar o óbvio: o Bolsonarismo não morreu com a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Enfraqueceu-se, com certeza, em particular após os atentados de 08 de janeiro, mas dá-lo como morto é ignorar não apenas as suas potencialidades, mas as dos movimentos nazifascistas em geral. Como alguns autores vêm ressaltando desde as eleições (ROCHA, 2021; FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019), não é inviável vermos um Bolsonarismo sem Bolsonaro crescer a tempo de 2026. E o 08 de janeiro talvez tenha ajudado a impulsionar esse ponto.

Por uma simples questão de capital político, a rejeição aos atentados de janeiro foi geral, perpassando todos os lados do espectro. Mesmo Bolsonaro, após anos insuflando movimentos semelhantes, rapidamente buscou se distanciar. Está aí um ponto que talvez seja um legado do Bolsonarismo do passado ao Bolsonarismo do futuro: decoro. Este por certo não se o movimento continuar se aglutinando em torno dos Bolsonaro, mas caso se dissemine com um novo Messias. Suponhamos, por exemplo, que um Romeu Zema, ou um Tarcísio de Freitas consigam capitalizar e tomar as rédeas da seita. Não sendo ambos exemplos de decoro, ainda assim estão a anos-luz do ex-presidente neste quesito. Um Bolsonarismo com todos os elementos autoritários anteriores, mas menos histriônico. Se mais ou menos perigoso, somente o tempo dirá.

Por outro lado, se 08 de janeiro foi o auge do autoritarismo bolsonarista, também marcou o seu declínio — embora, ressaltemos, nada impeça que cresça novamente no futuro. Como um animal acuado que mostra as garras, os atentados foram uma espécie

de aglutinação de quatro anos de crescentes ameaças de ruptura. E, apesar dos danos, falharam. Nada os impede de tentar novamente, mas, por enquanto, falharam.

A rejeição maciça — ao menos no plano discursivo — se deu não somente no *establishment* político, mas também entre a sociedade civil. O Datafolha, por exemplo, apontou a rejeição na casa dos 90% (GIELOW, 2023). A grande mídia, em geral tão cautelosa com termos, não teve pudor de rotular terrorismo como tal. Aliado com os bloqueios de estradas e as paralisações anteriores, tão ou mais incômodos à população, vai se gestando uma imagem desagradável do Bolsonarismo àqueles que votaram no Messias sem grande empolgação. Como me revelou um motorista de aplicativo em novembro de 2022, quando passamos por uma manifestação próxima da Rodoviária Novo Rio: “votei em Bolsonaro, mas não concordo em nada com a violência desses manifestantes”.

A mudança do discurso da violência política à ação, embora sozinha insuficiente, vai aos poucos se arraigando no imaginário popular. Da mesma forma que a cobertura mediática sobre a Lava-Jato colocou um adesivo de corrupção no Partido dos Trabalhadores (PT), do qual o partido até hoje não conseguiu se desvincular, o Bolsonarismo se torna inevitavelmente associado com o 08 de janeiro. Se os terroristas desejavam interromper o processo democrático, na prática o efeito foi perverso: apenas conseguiram reforçá-lo. Como sugere Luciano Fedozzi (2023), uma hipótese para a diferença entre dados de duas pesquisas — Atlas, realizada no calor do momento, e Datafolha, dois dias depois —, aponta uma rejeição muito maior na segunda, provavelmente por conta da exposição dos veículos de mídia.

Há algo que é preciso ter sempre em mente quando se fala de Bolsonarismo: o movimento é muito maior do que o Messias que o empresta o nome. Bolsonaro nomeou um grupo de características autoritárias e reacionárias que o antecederam, um fenômeno que vinha de uma década de gestação. Certamente imprimiu a sua marca ao aglutinar esse fenômeno em torno de sua figura, bem como o fortaleceu, mas não foi seu arquiteto. O ex-presidente foi muito mais uma triste coincidência, alguém que se fez disponível no momento certo, do que um articulador astuto. Não há novidade, portanto, em falar em Bolsonarismo sem Bolsonaro.

Não é novidade pelo mesmo motivo que o Bolsonarismo possa ser tudo, menos uma surpresa em um país com uma tradição autoritária como o Brasil. Embora seja seu próprio movimento, recheado de idiosincrasias e contradições, uma mixórdia que junta outros grupos em uma união desconfortável, ele dialoga com antecessores como o Integralismo e a Ditadura Militar. Absorve elementos e aspectos de autoritarismos do passado, não só

no Brasil, mas também estrangeiros, como o flerte com o nazifascismo. A eleição de Jair em 2018 não foi uma surpresa, a surpresa foi a República Nova ter durado tanto tempo sem lidar com equivalentes expressivos do tipo.

O que autores como Robert Paxton (1998) mostram é a necessidade de que um embrião autoritário seja fundido a uma figura messiânica para que surja um fascismo. E o Messias, que traz em seu segundo nome a epítome de sua figura, desempenhou exatamente esse papel. Faltava ao Bolsonarismo antes de Bolsonaro essa configuração fundamental, o líder que dá forma ao movimento, que junta os grupos em tensão. Da mesma forma, o enfraquecimento de Bolsonaro — seja por perder as eleições, por fugir do Brasil, pelos sucessivos escândalos de corrupção, ou mesmo por ser forçado a condenar os ataques de 08 de janeiro — por consequência enfraquece o Bolsonarismo, que se “normaliza” na cultura política autoritária brasileira. Mas basta surgir uma nova figura, ou mesmo o recrudescimento do ex-presidente, para que o tornado retorne.

Para Paxton (1998), a longo prazo o fascismo é insustentável justamente por necessitar de permanente mobilização de sua base. Na prática, ele acaba por seguir dois caminhos: radicalização, como no caso do Nazismo, ou entropia. Quanto a esse último, tende a se “normalizar” em um autoritarismo, aos poucos se fundindo aos aspectos mais tradicionais da direita conservadora. Em suma, gradualmente abandonando um elemento essencial que o faz ser fascismo: sua base de massas.

Esse é o ponto em que parece que o Bolsonarismo se encontra. Uma normalização — se for possível falar em normalização em algo que envolve este movimento — à direita. Uma fusão da cultura política autoritária brasileira com elementos da elite conservadora e liberal. Um novo Integralismo, por assim dizer.

Se ainda é cedo para afirmar com a certeza de um diagnóstico, ao menos podemos assumir que, de fato, o 08 de janeiro não foi a melhor das estratégias do Bolsonarismo. Não somente o afastou da sociedade civil em geral, como mesmo entre alguns de seus adeptos menos fanáticos. Ademais, permitiu uma contraofensiva tardia, mas necessária do governo Lula, enfraquecendo as articulações extremistas e terroristas.

Precisamos sempre ter em mente que o Bolsonarismo, mesmo se o líder for condenado, ainda permanecerá uma força presente por muitos anos. Pode perder força progressivamente, se tornar coadjuvante do cenário político, mas continuará lá. Basta lembrarmos o que ocorreu com o Integralismo, que mesmo se enfraquecendo continua até hoje. Bolsonarismo sem autoritarismo não existe, mas Bolsonarismo sem fascismo, sim. E Bolsonarismo sem Bolsonaro, certamente.

A República Nova passou por seu maior teste desde a redemocratização, e sobreviveu. Respirando por aparelhos, por muito pouco, mas sobreviveu. Por enquanto.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FEDOZZI, Luciano. A invasão dos poderes em Brasília. **A Terra é Redonda**, 07 fev. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-invasao-dos-poderes-em-brasilia/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana (org.). **Brasil em transe**: Bolsonaro, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GIELOW, Igor. Datafolha: 93% condenam ataques golpistas, e maioria defende prisões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/datafolha-93-condenam-ataques-golpistas-e-maioria-defende-prisoas.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GHERMAN, Michel. **O não judeu judeu**. São Paulo: Fósforo, 2022.

SCHARGEL, Sergio. **Pode o conceito de fascismo ser aplicado ao Brasil?** Uma análise sobre materiais discursivos do Fascismo, Integralismo e Bolsonaro em seus diversos ciclos e estágios. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2022.

_____. **O fascismo infinito, no real e na ficção**: como a Literatura apresentou o fascismo nos últimos cem anos. Porto Alegre: Bestiário, 2023.

PAXTON, Robert. The five stages of fascism. **The Journal of Modern History**. Chicago: Chicago University Press, v. 70, n. 01, 1998, p. 01-23.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Rio de Janeiro: Caminhos, 2021.

*Doutorando em Ciência Política (UFF), Mestre em Letras (PUC-Rio) e Mestre em Ciência Política (UNIRIO). E-mail: sergioschargel@gmail.com